



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO**

**1. IDENTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE CURRICULAR**

Curso: **Direito**

Atividade Curricular/Disciplina: **EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS**

Carga horária total: 60H

Período Letivo:

Professor/Turmas:

**2. OBJETIVOS**

- ❖ O objetivo geral é formar os discentes matriculados na disciplina para adquirir conhecimento epistemológico (saber), técnico (fazer) e reflexivo sobre execução, cumprimento das decisões judiciais, teoria geral da tutela coletiva e algumas ações de caráter coletivo como forma acessar a tutela jurídica executiva e coletiva na seara jurisdicional.
- ❖ Como objetivos específicos, buscar-se-á capacitar os discentes com os saberes epistemológicos, técnicos e reflexivos trazidos pela Constituição e pelo CPC no funcionamento processual da tutela jurisdicional coletiva e executiva para fins de municiar os discentes na efetividade do acesso à justiça jurisdicional.

**3. COMPETÊNCIAS/HABILIDADES (Res. CNE/CES N° 5/2018, art. 4º)**

1. Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
2. Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a de ida utilização das normas técnico-jurídicas
3. Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
4. Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
5. Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
6. Atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
7. Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;

**4. EMENTA**

- ❖ Tutela jurisdicional executiva. Teoria geral da tutela coletiva. Ações de caráter coletivo: ação popular, ação civil pública e mandado de segurança coletivo. Prática processual.

**5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

<b>UNIDADE I</b>	<b>1. TUTELA JURISDICIONAL EXECUTIVA.</b> 1.1 Teoria Geral da Execução. 1.2 Direito fundamental à tutela executiva, princípios e boa fé na execução. 1.3 Pressupostos da Execução. 1.4 Espécies: provisória e definitiva; de título judicial e extrajudicial; distinção entre a fase de cumprimento e execução.
------------------	---

	1.5 Processo sincrético, sujeitos processuais e poderes do juiz
<b>UNIDADE II</b>	2. LIQUIDAÇÃO. 2.1 Generalidades. 2.2 Processo de liquidação e liquidação incidental. 2.3 Legitimidade e competência. 2.4 Cognição na liquidação e espécies. 2.5 Liquidação com dano zero.
<b>UNIDADE III</b>	3. EXECUÇÃO PARA PAGAMENTO DE QUANTIA. 3.1 Título judicial e extrajudicial. 3.2 Efeitos processuais da execução: averbação da execução e de atos de constrição judicial, protesto judicial, hipoteca judiciária, cadastro de inadimplentes, parcelamento compulsório, efeitos atípicos e poderes executivos do juiz, penhora e avaliação. 3.3 Tipos de alienação: adjudicação, alienação por iniciativa particular e alienação em hasta pública. 3.4 Entrega do dinheiro ao credor. 3.5 Execuções especiais: pensão alimentícia, execução fiscal e execução Contra a Fazenda Pública.
<b>UNIDADE IV</b>	4. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER, NÃO-FAZER E DE DAR COISA DISTINTA DE DINHEIRO. 4.1 Noções gerais. 4.2 Título judicial. Título extrajudicial. 4.3 Procedimentos, cumprimento específico e efeitos.
<b>UNIDADE V</b>	5. FRAUDE À EXECUÇÃO: CONCEITO, EFEITOS.
<b>UNIDADE VI</b>	6. DEFESAS DO EXECUTADO. 6.1 Impugnação. 6.2 Embargos de executado. Natureza Jurídica, Prazo. Procedimento. 6.3 Objeção à executividade. 6.4 Defesa heterotópica. 6.5 Embargos de terceiro e Ação Monitória.
<b>UNIDADE VII</b>	7. TEORIA GERAL DA TUTELA COLETIVA
<b>UNIDADE VIII</b>	8. AÇÕES DE CARÁTER COLETIVO: MANDADO DE SEGURANÇA, AÇÃO POPULAR E AÇÃO CIVIL PÚBLICA
<b>PRÁTICA PROCESSUAL</b>	Elaboração de peças executivas, de defesas do executado e de ações de caráter coletivo.

## 6. RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS

- ❖ Aparelhos de reprodução de imagens tipo *power point*, pincel atômico, apagador, aparelhos eletrônicos para reprodução de filmes e vídeos, acesso à internet em sala de aula, salas com ambientes agradáveis para ministrar as aulas.

## 7. METODOLOGIA

- ❖ Para que sejam alcançados os objetivos enunciados propomos a execução das seguintes ações didáticas:

<b>Conteúdo</b>	<b>Ações Didáticas</b>	<b>Competências e Habilidades</b>
1. TUTELA JURISDICIONAL EXECUTIVA. 1.1 Teoria Geral da Execução. 1.2 Direito fundamental à tutela executiva, princípios e boa fé na execução. 1.3 Pressupostos da Execução. 1.4 Espécies: provisória e definitiva; de título judicial e extrajudicial; distinção entre a fase de cumprimento e execução. 1.5 Processo sincrético, sujeitos processuais e poderes do juiz	Aulas expositivas dialogadas e casos práticos exemplificativos	1. Compreensão da teoria da tutela jurisdicional executiva 2. Leitura e interpretação das normas processuais sobre execução e cumprimento das decisões judiciais 3. Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de

		persuasão e de reflexão crítica sobre execução.
2. LIQUIDAÇÃO. 2.1 Generalidades. 2.2 Processo de liquidação e liquidação incidental. 2.3 Legitimidade e competência. 2.4 Cognição na liquidação e espécies. 2.5 Liquidação com dano zero.	Aulas expositivas dialogadas e casos práticos exemplificativos	1. Compreensão da tutela cognitiva de liquidação 2. Leitura e interpretação das normas processuais sobre liquidação de sentenças genéricas 3. Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica sobre liquidação. 4. Julgamento e tomada de decisões no processo ou fase de liquidação.
3. EXECUÇÃO PARA PAGAMENTO DE QUANTIA. 3.1 Título judicial e extrajudicial. 3.2 Efeitos processuais da execução: averbação da execução e de atos de constrição judicial, protesto judicial, hipoteca judiciária, cadastro de inadimplentes, parcelamento compulsório, efeitos atípicos e poderes executivos do juiz, penhora e avaliação. 3.3 Tipos de alienação: adjudicação, alienação por iniciativa particular e alienação em hasta pública. 3.4 Entrega do dinheiro ao credor. 3.5 5.3 Execuções especiais: pensão alimentícia, execução fiscal e execução Contra a Fazenda Pública.	Aulas expositivas dialogadas e casos práticos exemplificativos	1. Leitura e compreensão de textos jurídicos ou normativos sobre execução por quantia certa. 2. Interpretação e aplicação do Direito na execução e cumprimento de provimentos jurisdicional. 3. Adequada atuação técnico-jurídica na tutela jurídica executiva.
4. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER, NÃO-FAZER E DE DAR COISA DISTINTA DE DINHEIRO. 4.1 Noções gerais. 4.2 Título judicial. Título extrajudicial. 4.3 Procedimentos, cumprimento específico e efeitos.	Aulas expositivas dialogadas e casos práticos exemplificativos	1. Leitura e compreensão de textos jurídicos ou normativos sobre execução das obrigações de fazer, não-fazer e de dar coisa distinta de dinheiro 2. Interpretação e aplicação do Direito na execução e cumprimento de provimentos jurisdicional. 3. Adequada atuação técnico-jurídica na tutela jurídica executiva.
5. Fraude à Execução: Conceito, Efeitos.	Aulas expositivas dialogadas e casos práticos exemplificativos	1. Compreensão da tutela cognitiva de fraude à execução 2. Leitura e interpretação das normas processuais sobre fraude à execução 3. Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica sobre fraude. 4. Julgamento e tomada de decisões nos incidentes sobre fraude à execução.
6. DEFESAS DO EXECUTADO. 6.1 Impugnação. 6.2 Embargos de executado. Natureza Jurídica. Prazo. Procedimento. 6.3 Objeção à executividade. 6.4 Defesa heterotópica. 6.5 Embargos de terceiro e Ação Monitória.	Aulas expositivas dialogadas e casos práticos exemplificativos	1. Compreensão das técnicas de defesa do executado 2. Leitura e interpretação das normas processuais sobre as técnicas de defesa do executado

		<p>3. Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica sobre as defesas do executado.</p> <p>4. Julgamento e tomada de decisões no processo ou incidente de defesas do executado.</p>
7. Teoria geral da tutela coletiva	Aulas expositivas dialogadas e casos práticos exemplificativos	<p>1. Leitura e compreensão de textos jurídicos ou normativos sobre a teoria geral da tutela coletiva</p> <p>2. Interpretação e aplicação do Direito na tutela coletiva</p> <p>3. Adequada atuação técnico-jurídica na tutela coletiva.</p> <p>4. Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica sobre as tutelas coletivas</p> <p>5. Julgamento e tomada de decisões nas tutelas coletivas</p>
8. Ações de caráter coletivo: Mandado de segurança, ação popular e ação civil pública	Aulas expositivas dialogadas e casos práticos exemplificativos	<p>1. Leitura e compreensão de textos jurídicos ou normativos sobre algumas ações de caráter coletivo</p> <p>2. Interpretação e aplicação do Direito nas principais ações de caráter coletivo</p> <p>3. Adequada atuação técnico-jurídica na tutela coletiva,</p> <p>4. Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica sobre as tutelas coletivas</p> <p>5. Julgamento e tomada de decisões nas tutelas coletivas</p>
PRÁTICA PROCESSUAL: Elaboração de peças executivas, de defesas do executado e de ações de caráter coletivo.	Simulação e apresentação de casos concretos.	<p>1. Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito</p> <p>2. Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito</p> <p>3. Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.</p>

## 8. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

- ❖ Conforme Regimento Geral da UFPA , arts. 178 a 180, são atribuíveis os seguintes conceitos, equivalentes às notas:

**EXC** – Excelente (9,0 - 10,0)

**BOM** – Bom (7,0 - 8,9)

**REG** – Regular (5,0 - 6,9)

**INS** – Insuficiente (0 - 4,9)

- ❖ Sendo considerado aprovado o discente que obtiver o conceito **REG, BOM ou EXC** e pelo menos setenta e cinco por cento (75%) de frequência nas atividades programadas.
- ❖ Complementa o Regulamento do Ensino de Graduação 2013 no art. 96 que o conceito final será resultante do conjunto de procedimentos de avaliação, enunciados no presente plano.
- ❖ Para fins de atribuição de conceitos, os discentes serão avaliados em dois momentos:

